



## Senado marca votação para hoje e amanhã devido ao feriado

A inclusão de novas atividades no Supersimples, a definição de competências para criar leis ambientais e o fim do sigilo eterno de documentos constam da pauta, além dos projetos sobre a partilha dos *royalties* do petróleo, que serão discutidos em reunião amanhã. 3



Torcida faz fila para assistir à abertura da Copa na África do Sul, em 2010: para Randolfe Rodrigues, exigências da Fifa ameaçam a soberania nacional

Marcello Casal Jr./ABR



**Simon conclama jovens a irem às ruas contra a corrupção 4**



**Grevistas recebem apoio de Paim, que apela por acordo 4**



**Blairo vê risco ao pequeno agricultor no Código Florestal 3**

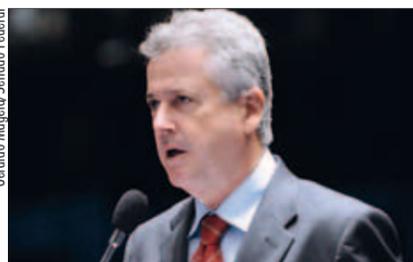


**Para Randolfe, lei da Copa lembra regime militar 4**

Gerardo Magela/Senado Federal



**Financiamento público beneficia a mulher, diz Lídice 4**



**Rollemberg elogia governo por defesa do Banco do Brasil 4**



**Wilson Santiago cobra recursos para ensino técnico 4**



**Mozarildo presta homenagem aos dez anos de faculdade 3**

Gerardo Magela/Senado Federal



### Dê ouvidos ao direito do seu filho

Os primeiros dias de vida de um bebê são determinantes para a sua formação e saúde. Por isso, a Lei 12.303/10 garante a seu filho o direito de fazer um exame de audição preventivo, o Teste da Orelhinha. O procedimento é gratuito e identifica se há necessidade de acompanhamento fonoaudiológico do recém-nascido. O ideal é que ele seja realizado no primeiro mês de vida. Peça o Teste da Orelhinha no hospital ou maternidade em que seu bebê nasceu.

Saiba mais:  
[www.senado.gov.br/testedaorelhinha/](http://www.senado.gov.br/testedaorelhinha/)

Peça o Teste da Orelhinha: não dói, é rápido e gratuito.

Dependentes que não se enquadram mais no plano de saúde do Senado têm direito a concluir atendimento. Transição vale também para gestantes

# SIS garante continuidade para tratamentos

AS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS dia 5 de outubro no Sistema Integrado de Saúde (SIS) do Senado, o plano de saúde para servidores da Casa, não interromperam nenhum tratamento em curso para os dependentes que não poderão continuar no plano. Essa foi uma das questões esclarecidas dia 6 em reunião no auditório do Interlegis com chefes de gabinete e gestores das áreas administrativa e legislativa.

– Quem até dia 5 estava internado continua até receber alta. Se naquela data fazia quimioterapia, radioterapia ou diálise, fica até concluir o tratamento.

E procedimentos ambulatoriais terão ainda mais 30 dias, a partir de 5 de outubro – explicou o diretor financeiro do Senado, Marcos Köhler, que integra o Conselho de Supervisão do SIS.

Para as dependentes que já estavam grávidas no dia 5, fica garantido todo o pré-natal e o parto. Urgência e emergência terão atendimento até 4 de novembro, sendo que uma junta médica vai verificar depois se realmente se enquadravam nesses casos. Köhler explicou que situações não previstas serão analisadas por uma comissão de funcionários, com auxílio

técnico de uma comissão de perícia e uma junta médica.

Essas regras de transição foram criadas porque as mudanças no SIS – necessárias para garantir a sustentabilidade financeira e jurídica do plano – excluíram cerca de 3.100 dependentes que passaram a não se enquadrar mais no sistema. São, em geral, filhos ou enteados maiores de 21 anos que não cursam universidade. As alterações incluem também uma nova tabela de mensalidades, baseada no perfil individual do dependente (idade e grau de parentesco) e não mais no grupo familiar.

## Nova tabela de contribuição (em R\$)

Os novos valores das mensalidades do SIS, necessários para a manutenção de sua autogestão, enquadram todas as faixas etárias e valem para aposentados. Os beneficiários contribuem também com um percentual por atendimento

IDADE	0-22	23-26	27-30	31-34	35-38	39-42	43-46	47-50	51-54	55-58	≥59
Titular, cônjuge, companheiro(a)	112	115,36	119,84	125,44	132,16	141,12	151,20	162,40	174,72	189,28	224
Filho(a), enteado(a)	112	115,36	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mãe, pai, madrasta, padrasto	168	173,04	179,76	188,16	198,24	211,68	226,80	243,60	262,08	283,92	336
Irmão(ã) inválido(a)	168	173,04	179,76	188,16	198,24	211,68	226,80	243,60	262,08	283,92	336
Menor sob guarda judicial	168	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

## CDH discute regulamentação do ponto eletrônico

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se hoje para debater hora extra e a regulamentação do uso do ponto eletrônico.

A exigência de controle do ponto eletrônico foi estabelecida pela Portaria 1.510/09, do Ministério do Trabalho, que regulamentou o apontamento da

jornada de trabalho por sistema de controle eletrônico.

A portaria deveria entrar em vigor um ano após a sua publicação, mas esse prazo foi prorrogado por três vezes porque os empresários alegaram que os fabricantes dos equipamentos não conseguiam atender à demanda no prazo adequado. A

portaria deverá entrar em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Entre os convidados do debate, estão o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e representantes do Judiciário, dos trabalhadores e do empresariado, como o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade.

## Municípios podem ter redução de contrapartidas



Waldemir Barreto/Senado Federal

O projeto que reduz as contrapartidas de prefeituras previstas no Estatuto da Cidade e na Política Nacional de Saneamento deve ser votado amanhã pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). De acordo com a proposta, a União poderá

reduzir ou dispensar a contrapartida financeira nas transferências voluntárias destinadas a programas habitacionais de interesse social. O projeto (PLS 331/06) beneficia municípios com população inferior a 25 mil habitantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), apresentou parecer favorável à aprovação.

## CAE vota amanhã mais proteção ao consumidor



Lio de Paula/Senado Federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode examinar amanhã projeto de lei (PLC 55/09) determinando que o consumidor seja informado também sobre o preço à vista do produto ou serviço. A proposta, que modifica o Código de Defesa do Consumidor, incorpora várias propostas sobre o tema que tramitam em conjunto. O projeto recebeu voto favorável de Lobão Filho (foto), do PMDB

maranhense, na forma de substitutivo de João Vicente Claudino (PTB-PI), que absorve outros projetos. Depois da CAE, o texto será submetido às comissões de Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Sessão deliberativa

14h Na sessão deliberativa, entre outros itens, projeto de decreto legislativo que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural.

### CDH Hora extra e ponto eletrônico

9h Hora extra e regulamentação do ponto eletrônico são os temas de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que vai ouvir, entre outros, o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

## Terça-feira

### CAE Empréstimos para pagar dívidas

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina projeto que permite a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.

### CDR Política urbana

14h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

## Quarta-feira

### Feriado

## Quinta-feira

### Plenário Discursos e comunicados da Mesa

14h A sessão é não deliberativa.

## Sexta-feira

### CMA Espécies em extinção

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promove o colóquio "A proteção de espécies ameaçadas de extinção no Brasil". O evento tem como objetivo discutir a situação das espécies incluídas na lista vermelha, bem como os modelos jurídicos, a política de conservação e a conexão entre economia e biodiversidade.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

## Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Paulo Paim • Lídice da Mata

## Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Lúcia Vânia critica uso de critérios do FPE para royalties

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou na quinta-feira três emendas a um dos projetos que tratam da divisão dos royalties do petróleo. Uma delas substitui o fundo especial que distribui royalties aos estados e municípios não produtores, com base no Fundo de Participação dos Estados (FPE), por um fundo com critério específico.

A parlamentar criticou a adoção dos critérios do FPE sob o argumento de que eles deverão ser alterados, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), até dezembro de 2012.

– Se não se sabe os novos critérios, como seria possível ava-



Para senadora, objetivo é encontrar divisão equitativa

liar a proposta de distribuição das receitas do petróleo?

Outra emenda estabelece uma forma de distribuição dos royalties para os futuros contratos, em regime de partilha.

– O objetivo é encontrar uma solução capaz de distribuir as receitas de maneira mais equitativa, mas sem causar impactos negativos nas contas das unidades da Federação que hoje dependem desse dinheiro.

A terceira emenda, explicou Lúcia Vânia, busca evitar a queda do preço de mercado do óleo excedente, cuja comercialização caberá à União.

## Blairo: pequeno produtor terá dificuldade de se adequar à lei

A proposta de atualização do Código Florestal em discussão no Senado vai prejudicar os pequenos produtores, alertou Blairo Maggi (PR-MT). O senador previu que, se os pequenos proprietários rurais forem cumprir o novo código, poderá ocorrer intenso êxodo rural.

As pequenas propriedades são aquelas com até quatro módulos fiscais, cujo tamanho pode estar entre 20 e 400 hectares, dependendo da região.

Blairo Maggi deu o exemplo da situação de sítio em Cabo Verde (MG), de 2,3 hectares, dos quais 1,6 hectare é utilizado na produção de café. Para se adequar à lei em vigor ou



Proposta da Câmara precisa ser mantida, defende senador

ao novo código, esse produtor terá de sair de sua propriedade e ainda ficará devendo 0,06 hectare para recomposição da reserva legal. Situação semelhante enfrentarão os produtores de uva da Serra Gaúcha, disse.

– Se não firmarmos a nossa posição no Senado com a posição que veio da Câmara de dar aos pequenos produtores de até quatro módulos fiscais a possibilidade de permanecerem em sua propriedade na forma como se encontram atualmente, nós teremos uma condição muito desfavorável – reiterou.

## Mozarildo homenageia os dez anos da Faculdade Cathedral

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou a Faculdade Cathedral, que completou dez anos de funcionamento em junho passado. A faculdade foi a primeira instituição particular de nível superior em Roraima e hoje oferece 23 cursos – 12 presenciais e 11 a distância.

O senador informou que a instituição recebeu recentemente o selo Instituição Socialmente Responsável, concedido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

– Tal selo certifica a Cathedral como uma instituição comprometida com a educação e a sociedade – explicou.

Mozarildo também lembrou



Primeira instituição privada de Roraima, lembra senador

que a Universidade Federal de Roraima foi instalada no estado há cerca de 20 anos, “quando ninguém acreditava que Roraima, à época um território federal com menos de 200 mil habitantes, pudesse ter uma universidade”.

– Hoje a Universidade Federal de Roraima é uma instituição consolidada, que vem servindo muito bem ao estado, com 30 cursos de graduação, além de cursos de mestrado e doutorado – assinalou. Mozarildo destacou ainda que o estado conta também com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e várias outras faculdades particulares.

Sessão de hoje será deliberativa. Amanhã, o senador Vital do Rêgo deve apresentar texto consolidando as várias propostas relativas à repartição dos royalties do petróleo

## Plenário examina inclusão de atividades no Simples

O PLENÁRIO REALIZA hoje e amanhã sessões deliberativas, em virtude do feriado de quarta-feira, 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida). Na quinta, não haverá votações.

O primeiro item da pauta é o projeto (PLS 467/08 – Complementar) que inclui novas atividades entre as beneficiárias do Simples Nacional. Por acordo, a iniciativa receberá as emendas rejeitadas na semana passada para que o reajuste da tabela de enquadramento do Supersimples fosse aprovado sem emendas, seguindo direto

à sanção presidencial.

Também está prevista a votação da proposta que regulamenta o licenciamento ambiental e define competências da União, dos estados e dos municípios (PLC 1/10) e o projeto (PLC 41/10) que acaba com o sigilo eterno de documentos.

As propostas sobre partilha dos royalties do petróleo constam igualmente da pauta. São 22 projetos que tratam da destinação dos recursos oriundos da exploração de petróleo em plataforma continental ou mar territorial.

O assunto, no entanto, ainda está sendo debatido. Amanhã, a comissão de senadores e deputados que busca um entendimento sobre as propostas debate o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao projeto (PLS 448/11) de Wellington Dias (PT-PI) que tramita em regime de urgência.

A intenção dos parlamentares é reunir no texto as contribuições em negociação nas duas Casas do Congresso.

A previsão para análise do projeto no Plenário do Senado é 19 de outubro.

## ACONTECEU NAS COMISSÕES

### CAS aprova série de matérias na área trabalhista

A agenda da Comissão de Assuntos Sociais foi ocupada, na semana passada, por um conjunto de projetos que beneficiam os trabalhadores. O colegiado acolheu proposições sobre aposenta-

dorias, estímulo a empresas que contratarem pessoas acima dos 55 anos e adicional de periculosidade. Algumas propostas precisam de votação suplementar. Outras seguem para a Câmara.

#### APOSENTADORIAS

Três projetos sobre aposentadoria foram votados pela CAS. O PLS 56/09, de João Vicente Claudino (PTB-PI), estabelece que o aposentado por invalidez poderá pedir suspensão da aposentadoria para retornar voluntariamente à atividade profissional. O retorno à condição de aposentado, no entanto, depende de confirmação da condição de incapacitado, definida por perícia da Previdência Social. A proposta recebeu decisão terminativa e deve seguir para a Câmara dos Deputados.

Outro projeto aprovado na quarta (PLS 72/11), de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), determina que o aposentado que permanecer ou voltar ao trabalho sob o Regime Geral de Previdência Social poderá passar a desfrutar de benefícios que deixou de receber em razão de ter chegado à aposentadoria, como o auxílio-doença e o auxílio-acidente.

Ainda na quarta-feira, a CAS aprovou substitutivo consolidando três proposições (PLSs 253/05, 67/07 e 132/10) sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

#### CONTRATAÇÃO INCENTIVADA

Proposta que oferece incentivos às empresas que tenham pelo menos 30% dos funcionários com idade acima de 55 anos também foi acolhida pela CAS na semana passada. O texto passou na forma do substitutivo sugerido pelo relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), a projeto de Alvaro Dias (PSDB-PR).

Pela proposta (PLS 461/03), as empresas que atendam ao requisito passam a deduzir do lucro tributável até 25% do montante de salários e encargos inferiores ao teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – R\$ 3.691,74. As deduções não podem ultrapassar 15% do lucro real apurado.

Por se tratar de texto substitutivo, a matéria terá que passar ainda por votação suplementar na CAS. Se confirmado o resultado, em decisão terminativa, a proposta seguirá diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

Cyro Miranda avalia que esse tipo de estímulo visa modificar “o comportamento tradicional dos empresários, que tendem a contratar jovens com baixa remuneração e poucas exigências no que se refere ao ambiente de trabalho”.

#### ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Outro projeto na área trabalhista aprovado pela CAS foi o substitutivo à proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) que pode eliminar controvérsias jurídicas em torno do pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade.

O PLS 163/10 estende a aplicação da Súmula 293 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata apenas do adicional de insalubridade, aos pedidos de pagamento de adicional de periculosidade.

Para suprir esse “vácuo legislativo”, Simon propôs a alteração do dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) relativo à concessão desses adicionais.

Como o texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Sérgio Petecão (PMN-AC), a proposta passará por votação em turno suplementar. Se o resultado for confirmado, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.

Após debate, a relatoria aceitou incluir sugestão de Paulo Paim para que o texto, ao tratar de perícias, não mais se referisse à figura do perito, mas a “médico ou engenheiro do trabalho”, de acordo com a legislação atual.



Jaime Campos (E), presidente da CAS, com os senadores Moka, Cyro, Paim, João Durval, Vanessa, Ana Amélia e Ana Rita

Se a proposta que tramita na Câmara dos Deputados não for modificada, senador acredita que o país vai transferir sua soberania para a Fifa, submetendo-se a “uma entidade suspeita, acusada de corrupção”

# Lei Geral da Copa é legislação de exceção, acusa Randolfe Rodrigues

A LEI GERAL da Copa cria uma situação jurídica excepcional e impõe uma legislação de exceção, como as normas editadas durante o regime militar, que visavam atender a situações específicas. A afirmação é de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), para o qual, se a lei for aprovada sem modificações, o Brasil vai transferir sua soberania para a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). A proposta fere a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e, por decorrência, a Constituição, que determina princípios a ser seguidos na administração dos recursos públicos, argumentou.

Randolfe comunicou que o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo de 2014, Ricardo Teixeira, e outras autoridades responsáveis pela infraestrutura da Copa deverão explicar aos senadores a Lei Geral da Copa, conforme requerimento de sua autoria aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto que cria a lei geral foi encaminhado ao Congresso pelo Executivo e tramita na Câmara.

– Nós vamos ter que fazer uma escolha, senão vamos nos submeter aos mandamentos da Fifa, uma entidade suspeita, acusada de corrupção. Se vamos nos sujeitar e nos submeter e passar o comando nacional a esses senhores ou se vamos dizer: olhe, aqui tem limites.

Entre os principais pontos do projeto – que o senador considerou “um festival de absurdos” –, ele destacou

A África do Sul, que sediou a Copa do Mundo de 2010, construiu cinco novos estádios de futebol para cumprir exigências da Fifa



Randolfe Rodrigues sugere que dirigentes da CBF expliquem proposta aos senadores

a impossibilidade de uso de expressões como “Copa do Mundo”, “Mundial de Futebol” e “Brasil 2014”, que passarão a ser de propriedade exclusiva da Fifa. Assim, o brasileiro que pintar muro, por exemplo, com essas expressões poderá ser processado pela Fifa e punido com prisão.

A proposta determina ainda que o país garanta serviços de segurança, saúde e vi-

gilância sanitária, entre outros, sem ônus para a Fifa. A União seria responsável por prejuízos relacionados ao evento.

O acesso de pessoas e da imprensa no país será controlado pela Fifa, prevê a proposição. Os vistos terão quase nenhuma restrição, o que permitirá à Fifa, segundo Randolfe, “colocar quem entende dentro do Brasil”.

O projeto ainda suspende a meia-entrada de estudantes e idosos aos jogos da Copa e também a proibição de entrar com bebidas alcoólicas nos estádios. Nesse caso, a única bebida permitida será a cerveja Budweiser, uma das patrocinadoras do evento. O senador disse que tem ouvido de parlamentares e ministros que o Brasil já sabia dessas condições quando aceitou sediar o Mundial.

– Se o Brasil já sabia dessas imposições, o povo brasileiro não sabia. E este Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado da República, não é submisso à Fifa, ele é submisso ao povo brasileiro – declarou.



Marcello Casal Jr./Abr

## Rolleberg: Dilma e Gleisi reagem a mudanças no BB

Após protestar na semana passada contra o esvaziamento da sede do Banco do Brasil em Brasília, Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) agradeceu à ministra Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, e à presidente Dilma Rousseff pela postura que adotaram em relação ao assunto. Conforme o jornal *Correio Braziliense*, o BB vinha transferindo diretorias e funcionários de Brasília para São Paulo.

– A ministra Gleisi Hoffman, ao transmitir a posição da presidente, foi categórica ao registrar que Dilma Rousseff não admitirá tais movimentações – declarou o senador, relatando que a ministra frisou que qualquer processo com esse objetivo será suspenso e que tais medidas têm de ser discutidas pelo governo. Rolleberg informou que a bancada do DF no Senado vai solicitar que o presidente do BB seja convidado a prestar esclarecimentos na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), presidida por ele.

A bancada apresentou requerimento de informações ao banco, para saber os locais de funcionamento de cada uma das diretorias ou unidades estratégicas da instituição e o número de vagas transferidas do DF para São Paulo.

– Informações dão conta de que boa parte das reuniões do conselho diretor já nem ocorrem mais em Brasília, o que é inadmissível do ponto de vista político-administrativo – protestou.



Senador quer explicações do presidente do banco

## Paim defende direito de greve e apela por negociação

Bancários, funcionários dos Correios, professores estaduais e outras categorias em greve receberam o apoio de Paulo Paim (PT-RS) na sexta-feira. Ele considerou as paralisações justas e fez apelo por negociação aos gestores do setor público e aos empregadores da iniciativa privada.

– Não adianta o governo querer criminalizar os movimentos e dizer que prende e arrebeta. É preciso dialogar com espírito desarmado. Ninguém gosta de fazer greve; é um recurso usado em último caso.

Autor de projetos (PLSs 83/07 e 84/07) que regulamentam o direito de greve, Paim pediu a aprovação das propostas.

– Ao contrário do que muitos pensam, regulamentar não é proibir. A intenção desses projetos é garantir a todos os trabalhadores, inclusive aos servidores públicos, o direito previsto pela Constituição – explicou.

O senador também defendeu o ensino técnico-profissionalizante, um dos caminhos para a vitória na luta contra o desemprego. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citados por ele mostram aumento da demanda por qualificação da mão de obra.

– As empresas privadas têm que participar da formação de novos profissionais, não adianta deixar a responsabilidade apenas com o governo ou com o Sistema S – afirmou o parlamentar.



As paralisações são justas, avalia Paulo Paim

## Simon: “Onde estiver, vá para a rua. Exija”

Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou os jovens a saírem às ruas para apoiar a 2ª Marcha contra a Corrupção, programada para diversas capitais em 12 de outubro. Organizado por redes sociais, o movimento busca fortalecer a Lei da Ficha Limpa e pressionar pela aprovação de proposta, atualmente na Câmara, que torna os votos no Congresso obrigatoriamente abertos.



Genivaldo Magela/Senado Federal

– Onde você estiver, vá para a rua. Exija. Cobre. Se quiser dizer desaforo de nós, diga, mas vá para a rua – convocou o senador.

O chamamento encerrou discurso em que o senador tratou dos “submundos do poder” e suas manifestações: ontem, a tortura; hoje, a corrupção.

– Quem nutre essa mesma tortura dos nossos tempos é a corrupção. Quem a embala é a falta de ética. E quem a protege é a impunidade – resumiu.

## Lídice: financiamento público é avanço

A adoção do financiamento público de campanha contribuirá para ampliar o número de mulheres na Câmara e no Senado, disse Lídice da Mata (PSB-BA) em defesa da proposta da Comissão de Reforma Política (PLS 268/11).



Márcia Kallume/Senado Federal

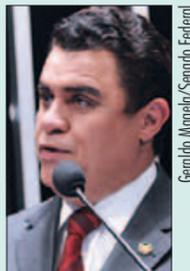
– O financiamento público vem para moralizar o processo eleitoral brasileiro, que não pode mais continuar de maneira personalizada como é hoje, quando as empresas se dirigem diretamente a um candidato e o fazem esperando que este, quando se eleger, possa defender os interesses das empresas que o financiaram – afirmou.

As regras em vigor impedem a candidatura de líderes populares com poucos recursos, acrescentou.

– Nesse sistema em que estamos, é quase impossível alguém do povo chegar a este Congresso.

## Santiago cobra formação para jovens

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu investimentos no ensino profissionalizante e nos cursos técnicos. Proposta apresentada por ele destina 10% dos recursos provenientes dos royalties do pré-sal à educação.



Genivaldo Magela/Senado Federal

– Muitos jovens, principalmente no interior, saem do segundo grau sem ter aprendido uma profissão. Sem chance de conseguir o primeiro emprego, eles precisam ir a outros centros urbanos maiores, mas a maioria não tem oportunidade de trabalhar – assinalou.

O senador elogiou a luta dos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Apesar dos avanços propiciados pela Constituição de 1988, ele acredita que um grande passo à frente será dado com o Estatuto da Juventude, que começa a tramitar no Senado.